

## **Racismo cotidiano, museu e museologia: desarquivando memórias negras por uma escrita indisciplinada**

Joana Flores<sup>1</sup>

### ***Everyday racism, museums, and museology: unarchiving black memories through undisciplined writing***

**Introdução: Nós, “a oposição absoluta”<sup>2</sup> do que o projeto colonial (museológico) pré-determinou**

O título dessa introdução é extraído e adaptado, movendo com o “jogo de palavras” conforme nos ensinou Bispo dos Santos (2023). Trazido da discussão de Grada Kilomba (2020), quando se refere à ação de escrever como um “ato político” compreendendo como eu, que ao resolver escrever no/do vestígio da museologia foi um ato de “tornar-se”. “Enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. (KILOMBA, 2020, p. 23).

Diante do que sobrou da prática museológica e na convivência com as pessoas da/na área, ao observar o limite de quem autorizava dentro dos museus em que atuava, o meu ir(?) e (não) vir e do ser (não) visto, me levou ao desejo como a autora de tornar-se “autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou”. (KILOMBA, 2020, p. 23)

E foi a chegada do século XXI ao Brasil, marcada por um processo de transição política no país, o momento de afloramento das pautas reivindicadas pelos Movimentos Sociais, Negros, Mulheres, Mulheres Negras LGBTQIAPN+, Movimentos Quilombolas, Moradia, Sem Terra, dentre outros.

As conquistas, antes pautas de lutas e reivindicações passaram a ser leis sancionadas e implementadas enquanto políticas públicas<sup>3</sup> e as questões raciais vão ser pautadas tanto nas discussões no cenário socioeconômico, político e cultural quanto serão impulsionadas em um movimento que vem na contramão das políticas estabelecidas no Brasil pelos grupos de direita desde o pós-abolição, quando continuaram a virar as costas para a População Negra do Brasil.

---

<sup>1</sup> Doutora em Crítica Cultural UNEB(2024);. Graduada em Museologia e Mestra em Museologia (UFBA). Concluinte do Curso de Jornalismo (UFRB). Museóloga da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Membro-fundadora do Observatório Negro dos Museus e da Museologia, Membro-fundadora do Coletivo em Defesa do Museu do Povo Negro. [joanafloresflores@gmail.com](mailto:joanafloresflores@gmail.com) | <https://orcid.org/0000-0001-7073-7882>

<sup>2</sup> Título inspirado na frase de G. Kilomba (2019), quando em sua introdução intitulada “Tornando-se Sujeito, diz: “Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou.” (p. 23)

<sup>3</sup> 1) As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases, LDB, e instituem a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas públicas e particulares, do ensino fundamental ao médio; 2) A Lei 12.288, de 20 de julho de 2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial; e 3) A Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023, que considera a injúria racial como um tipo de racismo, logo, um crime cuja punição é a pena de reclusão.

É a partir do primeiro governo de esquerda no país<sup>4</sup> que as mudanças no cenário social vão provocar o avivamento de grupos antes silenciados em todas as esferas sociais. A academia vai ser uma das Instituições que testemunhará essa mudança ao ter um aumento de estudantes negros(as)(es) na graduação e na pós-graduação, resultado do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que ampliou o acesso e a permanência na educação superior.

Em alguns Estados do país, foram criados cursos de Museologia<sup>5</sup> e, com isso, o aumento no número de estudantes negres aumentou, assim como a demanda no mercado de trabalho vivenciada por esse grupo passa a ser uma das reivindicações nos eventos da área, na primeira década desse século.

Estudantes e profissionais negres deixaram de ocupar o lugar de meros reprodutores de conhecimentos e de manterem a estatística de profissionais que migravam para o mercado informal ou iam realizar serviços em lojas, como se a profissão de museóloga não fosse um direito conquistado. Antes não havia mobilização da área para esse fim.

Assistíamos inertes os(as) profissionais não negras(os)(es) ocuparem as vagas (e os melhores cargos) nos museus privados e públicos do país, quando não, presenciávamos os corpos de negros(as)(es) e pobres serem objetos subjetivos em pesquisas da área.

Nas universidades, negros(as)(es) passam então a assumir a posição de investigadores nas diversas áreas do conhecimento. Homens, mulheres, jovens negras(os)(es) saíram do lugar de observadores e tornaram-se sujeitos(as)(es) de suas próprias pesquisas. “Essa passagem de *objeto a sujeito* é o que marca a escrita como um ato político”. (KILOMBA, 2020, p. 22, grifos da autora)

Esse “ato político” fez o Brasil de Negros(as)(es) ganhar uma nova cara. Saímos da condição de coadjuvantes para sermos protagonistas de nossas próprias vidas em uma sociedade em que só éramos números nas estatísticas de morte, desemprego, violência e de todas as mazelas contabilizadas pelos grupos abastados que assistiam ao crescimento da desigualdade e porventura, detinham o poder.

Dos resultados obtidos nessas amostragens, não eram elaboradas hipóteses para uma reflexão sobre o por quê da cara e da cor desses números ser a Preta.

Porém, a população negra organizada (ou não) passou a cobrar por direitos assegurados na Constituição e Coletivos se expandiram, o que fez aumentar o coro e a força por coexistência do Povo Negro e em Diáspora no Brasil e no mundo.

A onda de começar a construir a trajetória e a contar a nossa história a partir dos passos que foram deixados para trás pelos nossos e nossas, se disseminou e invadiu também o campo dos museus e da museologia, e em um passado não tão distante onde o patrimônio era somente lido e interpretado pela branquitude, ele passou a ser relido, reinterpretado, questionado e proposto um novo modelo de instituição e de discursos não racistas, além da construção de uma área de saber mais democrática e coletiva que proporcionasse aos(às) profissionais e estudantes negros(as)(es) da museologia, saídos das Periferias a também ocupar esses espaços institucionalizados de memórias do país.

Nesse contexto, a discussão um tanto tímida e abrigada na academia sobre representação de corpos negros, produzida por profissionais acadêmicos, passaram a ser temas de investigação no campo das narrativas nesses espaços de poder, agora também por pesquisadores negres da museologia que vão transformar suas vivências com o racismo cotidiano sofrido nos museus, porém, vai haver um salto na construção metodológica dessas pesquisas ao interseccionar as discussões às categorias de gênero, classe e raça. Seria o nosso

---

<sup>4</sup> Governo do atual Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva de 2003 a 2010 e da Ex-Presidenta Dilma Rousseff que governou o país de 2011 a 2016, que teve o seu segundo mandato interrompido por um golpe de Estado

<sup>5</sup> Ver página do Conselho Federal de Museologia, COFEM. Disponível em: <https://cofem.org.br/registro-e-cadastro/formacao/> Visitado em agos de 2025.

ato de “oposição absoluta” do que o projeto colonial (museológico) pré-determinou”.

Há, de certa forma, uma ruptura com os paradigmas já considerados como consolidados por profissionais acadêmicos, não negros(as)(es), no tocante aos discursos e às posturas promovidas no campo dos museus e da museologia por parte de quem somente era escuta e obediência e passamos a ser voz e a escrita.

Escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais, tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o e legitimada/o” e, ao reinventar a si mesma/o nomeia uma realidade nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada. (KILOMBA, 2020, p. 22)

Desse lugar, de não mais corpos observadores e leitores de uma museologia “imposta” vão sair as provocações sobre a necessidade de uma museologia que dê conta das questões raciais, uma discussão que foi sucumbida e negligenciada tanto no contexto da formação profissional quanto na produção de conhecimento, que apenas favoreceu e fortalece a manutenção do discurso forjado de uma dita supremacia branca que sobrepõe as suas ideias às práticas museais, principalmente nas exposições museológicas de longa duração.

Nesse sentido, é que faço desse escrito “um ato político”, para discutir como esse movimento de rebeldia negra na museologia e nos museus provocou a reação da branquitude que responde com práticas nada sutis do racismo cotidiano, quando se imbrica aos discursos museológicos para validar as narrativas “fabricadas da escravização em museus” e assim encenar uma subalternização simbólica, principalmente de corpos femininos negros a partir de suas exposições no século XXI, com o uso de objetos endereçados a esses corpos: balangandãs, joias, vestes, adereços, etc.

## 1. Notas sobre um pensamento museológico indisciplinado

Grada Kilomba (2020) em seu livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, vai afirmar, “não se pode simplesmente se opor ao racismo, já que no espaço vazio, após alguém ter se oposto e resistido (...) ainda há a necessidade de *tornar-mo-nos* sujeitos.” (KILOMBA, 2020, p.23, grifos da autora)”.

A autora, em sua assertiva sobre o desejo de nos opormos ao lugar que nos foi predefinido como do(a) outra(a), nos coloca diante da necessidade de “inventar a nós mesmos de (modo) novo” (p.23, grifos da autora), o que me leva a refletir sobre como nós pesquisadoras negras que resistimos de maneira livre e quase solitária às pressões de uma academia majoritariamente branca, podemos mover com novas narrativas para promover o ‘desarquivamento’ de memórias apagadas no campo da epistemologia e nos “arquivos da escravização”, Hartman (2022).

Pensar no processo de ‘desarquivamento’ é o ato de autoridade nossa diante do movimento de recusa às epistemologias predefinidas para darem conta de questões sociais, urgentes em boa parte do Planeta, se considerarmos que onde reside pessoas negras, cuja colonização e escravização foram os sistemas de enriquecimento de pessoas não negras, com certeza, há uma “dívida impagável” Ferreira (2019) com esses sujeitos(as)(es) e, portanto, existem “feridas coloniais” abertas.

É nesse processo de recusa que entendo quando Bispo dos Santos (2023) contribui para o meu ato político de descolonizar as epistemologias e práticas museológicas. Movimento a estrutura da ‘língua-museu’ montando o “jogo da palavra”, que é também um jogo de apropriação desse lugar da pesquisadora no processo de ruptura com o que foi ‘pré-definido’ pelo pensamento colonizador.

Por que o povo da favela fala gíria? Preenchem a língua portuguesa com palavras potentes que o próprio colonizador não entende. Enchem a língua como quem enche uma linguça. E, assim, falam português na frente do

inimigo sem que ele entenda. A favela adestrou a língua, a enfeitiçou. Temos que enfeitiçar a língua. (BISPO DOS SANTOS, 2023. p.14).

Bispo nos move a compreender pela potência da língua, a força que carrega a expressão das palavras que criamos como novas para darem conta do movimento de construção do modo novo, de novo, de construir as nossas epistemologias a partir da sementeira de palavras que recriamos a partir de outras que foram criadas como imposição, ou como parte do projeto colonial “predefinido” para nós, como defende Kilomba (2020).

Arquivamento/desarquivamento. Musealizar/desmusealizar é para significarmos as memórias negras deixadas para trás por museus coloniais. Palavras e ações que precisam “germinar” e ser compartilhadas entre os nós e as nossas. Bispo dos Santos nos fala em *confluência*,

(..)É a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente se confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. BISPO DOS SANTOS, 2023. p.15, grifo do autor)

É esse movimento de confluência que enxergo como um ato de enfrentamento e de encorajamento para enfrentar o que aos olhos desses espaços e dos(as) profissionais de museus, que teimam em fazer reparo para convencer gente preta de que as instituições racistas que continuam a escolher não negros(as)(es) tornaram-se em um piscar de olhos em “antirracistas”.

Mas são os(as) não negros(as) as pessoas convidadas por estarem aptas culturalmente (profissionais negros(as)(es) ainda não), a ocuparem as vagas de gestão, a assumirem as vagas de docentes em cursos universitários, serem o maior número a figurar na lista de conferencistas, palestrantes e terem suas citações nas referências bibliográficas da área, mesmo quando acreditam estarem denunciando o racismo quase ou nunca mencionam as pesquisas de estudiosos(as) das questões sobre o(a) negro(a)(e) e as questões raciais.

Aos(às) Negros(as)(es) são oferecidas as atividades de mediação/monitoria, mas, se o grupo que visitar a instituição for de pessoas amigas da direção, nesse dia, a sua cor não lhe deixa apto(a) a também cumprir com esse papel. Essa função não lhes cabe. Mas tem a lojinha, as vagas de guardas de acervo, quiçá, uma vaga de museóloga(o) que não tenha autonomia para fazer intervenções em eventos abertos, senão com a autorização da chefia que não é negra.

É válido ressaltar, que pensar um modo novo, de novo, para frear as ações violentas dessa mesma “branquitude” quando tenta nos impor o lugar de objeto de menor valia nesses lugares, nos impulsiona a todos os dias nos tornarmos sujeitos(as)(es).

Essa é a cena do campo epistemológico em que se inscreve o racismo cotidiano, mas que facilmente aludo ao que é encenado nos “arquivos da escravização”, quando, de dentro da Casa-Grande-Museu, a leitura passa a ser realizada por essa sujeita “que vos fala”<sup>6</sup>, do lugar (no/do) “vestígio”. Essa é a forma que encontrei de “indisciplinar-me” para descolonizar a museologia e os museus coloniais do Brasil.

## 2. Desarquivamento de memórias das senzalas preservadas em *becos*<sup>7</sup>: método indisciplinado de recusa

<sup>6</sup> Parafraseando P. Preciado em seu livro *Eu sou o monstro que vos fala...* Rio de Janeiro: Zahar Editora 2022.

<sup>7</sup> Inspirada no livro *Becos da Memória* de Conceição Evaristo (2013), cunhei *becos*, grafado minúsculo e em itálico como sendo os suportes vivos de corpos-vestígios, de corpos-vigília em vigília a narrar vivências que quando escritas tornam-se memórias ora ficcionais porquê de tão bem “escrevi-vidas” parecem reais, ora, a realidade extraída desses lugares é tão sofrida que parecem ficcionais por nos remeter ao cotidiano

Devemos nos indisciplinar. O trabalho que fazemos requer novos modos e métodos de pesquisa e ensino; novas formas de adentrar e sair dos arquivos da escravidão, de desfazer “um cálculo racial e uma aritmética política que foram entrincheirados séculos atrás” e que vivem até o presente. (SHARPE, 2023, p.33, grifos da autora)

A citação da autora soa como uma convocação para podermos questionar, recusar, ocupar e propormos novos conhecimentos e formas diferentes de manusear e interpretar esses arquivos que foram amontoados de objetos para promover o que chamo de desarquivamento de objetos-vestígios, que foram deixados(?) por aqueles(as) que trilharam o caminho daquela falsa liberdade.

Quem forjou a história e transformou esses fatos em memória e patrimonializou esses objetos que adentraram os museus? Coincidência ou um jogo de estratégia? Hartman (2022), ao apresentar o seu método da fabulação para tratar das vidas de meninas rebeldes a partir dos vestígios também encontrados nos “arquivos da escravidão, reuniu documentos, relatos e outras pistas dessas pessoas.

A autora priorizou encontrá-las fora dos arquivos no mesmo instante em que tiveram as suas identidades negadas ao mundo e posteriormente foram apagadas do registro de um país que desde lá atrás, já virava as costas para essas *meninas desordeiras* que viveram livremente no final do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX em todos os territórios colonizados. A dificuldade nossa de fazer o desarquivamento em museus é compreendida nas palavras de Hartman (2022), ao argumentar:

Quem se dedica a historicizar a multidão, as pessoas despossuídas, subalternas e escravizadas, se vê tendo de enfrentar o poder e a autoridade dos arquivos e os limites que eles estabelecem com relação àquilo que pode ser conhecido, à perspectiva de quem importa e a quem possui a gravidade e a autoridade de agente histórico. (HARTMAN, 2022, p. 7)

Imagino a partir do que apresenta a autora, que os mecanismos de construção das narrativas são construídos a partir dos agentes de poder que autorizam serem os balangandãs, saias, joias, turbantes, gargalheiras, etc. atribuídos às mulheres negras que foram escravizadas sem apresentar nesses espaços, a narrativa dessas mulheres que não foram identificadas para serem as testemunhas reais desse crime racial.

Seria então desatino meu, também suspeitar de que o racismo cotidiano que se manifesta nos discursos museais na contemporaneidade, de forma (nada) subjetiva, ao se camuflar por entre as narrativas produzidas sobre o que pode ser conhecido como memória, estariam posicionados nesses lugares da escravidão para que no presente, nós, visitantes Negras(os)(es) nos deparássemos com o espelho do passado refletindo a condição também nossa de “outra”.

A construção de uma realidade vivenciada por nós no presente não é diferente das práticas de torturas e assassinatos a que eram submetidas as negras, negros e negres escravizadas(os)(es) nas lavouras de cana-de-açúcar, ao que Kilomba (2020) ilustra textualmente, como sendo uma *Memória da Plantação*,

O racismo cotidiano incorpora uma cronologia que é atemporal (...) A combinação dessas duas palavras, “plantação” e “memórias”, descreve o racismo cotidiano não apenas como a reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada. É

---

do povo negro que vive *na quebra* da existência global. Texto extraído da minha tese de doutorado, *Isso é coisa de beco! Contra-narrativas hegemônicas de museus no século XXI* defendida em 31 de dezembro de 2024.



um choque violento que de repente coloca o sujeito negro em uma cena colonial na qual, como no cenário de uma plantação, ele é aprisionado como a/o “Outra/o” subordinado e exótico. De repente, o passado vem a coincidir com o presente, e o presente é vivenciado como se o sujeito negro estivesse naquele passado agonizante, como o título do livro anuncia. (KILOMBA, 2020, p. 24, grifos da autora)

Capturo das palavras da escritora, psicóloga e teórica portuguesa, a partir da imagem fabricada da escravização em museus, cujo modelo se mantém semelhante às exposições europeias do século XIX que nos chega, o constrangimento diante dos símbolos da tortura que passam a ser acionados nos corpos dos(das) que um dia já foram “outros(as)” negros(as)(es).

Logo, estabeleço como relação passado e presente, o museu e o cotidiano de pessoas Negras no Brasil e ao redor do mundo, quando são arrastadas aos olhos das pessoas racistas para uma prática que elas teimam em não esquecer. Então, “como podemos preservar a memória de um evento ainda em curso? (...) Afinal, como se preserva a memória do cotidiano?” (SHARPE, 2025, p. 46)

É do que sobra das indagações da autora que trago uma imagem real, vivenciada por um entregador de aplicativo do Rio de Janeiro. Max Ângelo dos Santos, o homem chicoteado<sup>8</sup> com uma coleira de cachorro é negro, à época em 2023, com 36 anos, pai de três filhos menores, morador da Rocinha.

O jovem trabalhador foi agredido pela mulher que socialmente se re/com/porta como não Negra e racista. Moradora do bairro São Conrado, na Zona Sul do Rio de Janeiro, é **Sandra Mathias** quem performatiza o papel da sinhá e da feitora ao reproduzir a cena da obra *Feitores açoitando negros na roça/ Feitores corrigeant des nègres à la roça*, de Jean Baptiste Debret, produzida em 1828, no Rio de Janeiro.

Figura 1: Montagens de imagens extraídas da internet



Fotos à esquerda: reproduções de imagens extraídas de jornais, Ângelo tenta se desvencilhar

<sup>8</sup> Mais informações disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/11/ela-me-tratou-como-se-eu-fosse-escravo-diz-entregador-agredido-por-moradora-no-rio/> visitado em agosto de 2025

das chicotadas de Sandra/À esquerda, imagem reproduzida da internet da obra de Debret

Ainda que eu queria recusar ver semelhança entre o homem que apanha e a mulher que espanca, com as imagens não reveladas nas exposições de longa duração, que trazem em seus acervos coleções do período escravocrata, não tenho como me impedir de aludir a cena da agressão sofrida por Ângelo aos “casos de violação de direitos de homens negros, jovens, desempregados, dos guetos das cidades estadunidenses.” (DIAZ-BENITEZ, 2023, p. 6) e no Brasil do século XXI.

Sou trazida para a cena da morte em vida de meus amigos, familiares e desconhecidos jovens e homens negros que como me relatam, quando sobrevivem são “esculachados” por policiais, simplesmente porque estão circulando em via pública, direito constitucional previsto no Art. 5º, inciso XV, da Constituição Federal de 1988.

Não obstante, remeto-me às minhas próprias lembranças fora e dentro da Academia. Para essa mesma polícia eu sou a negra que na condição de carona durante uma abordagem policial (blitz?) tem seu nome revistado em detrimento da dispensa dos documentos do motorista que conduz o veículo (o homem ao meu lado não é visto como negro).

Levam meu RG. Não tenho como não lembrar de que *escolhem sempre o primeiro negro para passar na revista. (...) Todo camburão tem um pouco de navio negreiro*. (O RAPPA, 1994)<sup>9</sup>.

Saio do carro e fico de pé, aguardando que na volta teria a voz de prisão porque me acharam parecida com alguém que provavelmente não parece comigo. Surpresa! O agente público volta e devolve meu documento. Até hoje, não sei em qual banco de dados ele me pesquisou em busca de (im)prováveis crimes inventados.

Fora da Academia, recreamos a polícia com seu racismo institucional entranhado nas mentes de negros(as)(es) que querem fazer o papel do feitor, agora preto e pobre. Dentro ou quase fora da Academia, entre os pares(?) da museologia, perco diante da plenária quase toda não negra o direito de ser uma pesquisadora com os títulos que conquistei como qualquer outra (outra?) pessoa.

Destituem-me o lugar da acadêmica em público. Meu nome é negado e meu sobrenome, em alguns momentos, é substituído pelo lugar da “outra”. A mulher de. *A outra*. Coisas do racismo cotidiano ou um pouco de diversão para os(as) inocentes que enxergam o sofrimento alheio como algo exótico e não racista?

Dessa forma, leio nas palavras de Diaz-Benitez (2023), o que sobra das entrelinhas nas narrativas da escravização e da suposta (má) intenção dos museus ao enunciarem os objetos, sem dar indícios do seu lugar de uso e da sua função no passado, deixando de mencionar outras narrativas que possibilitem o ‘desarquivamento’ de informações sobre a vida da população Negra de África, escravizada no Brasil e que guardam as suas memórias em seus ‘corpos-vestígios’, quando dá, em seus ‘corpos-museus’ abrigados em *becos*.

### **3. Testemunhos documentais da vida em morte de um ex-escravizado: Método de desarquivamento para des-musealizar memórias mortificadas**

A falta de informações sobre minha idade foi uma fonte de infelicidade durante a infância. As crianças brancas diziam prontamente sua idade. Eu não sabia dizer por que fora privado do mesmo privilégio. (...)A melhor estimativa é que tenho agora entre 27 e 28 anos. Cheguei a essa conclusão ao ouvir meu mestre dizer, em algum momento de 1835, que eu tinha cerca de 17 anos. (DOUGLASS, 2019, p.19)

---

<sup>9</sup> Do Disco Rappa, 1994. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=x\\_Tq34rysAc](https://www.youtube.com/watch?v=x_Tq34rysAc) Visitado em: 27 de agos 2025

No processo de ‘desarquivamento’ de fontes documentais para ‘des-musealizar’ as memórias (reais) apagadas dos objetos expostos em museus, lanço mão ‘metodo(r)logicamente’ dos relatos de ex-escravizados sobre a sua trajetória de vida.

É quando trago para o processo as palavras de Frederick Douglass (2019), em sua autobiografia para desmontar os discursos produzidos tanto nos museus como na museologia, quando permanecem inertes frente às práticas de apagamento das histórias dessas pessoas. Uma demonstração do descaso e o indício de que há um sentimento de pura diversão que beira o gozo macabro de um “público-alvo”, o que para mim é resultado da lacuna deixada pela falta de compromisso com as questões raciais nessas áreas.

Logo, faço uso dos termos ‘desarquivamento’, ‘des-musealizar’ e ‘metodo(r)logia’, que foram cunhados na tese<sup>10</sup> de doutorado como parte do processo de desfazer o que foi previamente definido para dar significado aos objetos em museus coloniais.

Para fazer o novo, necessito recusar o que foi “im-posto”<sup>11</sup> e proponho o que é possível diante do que nos causa incômodo. Desarquivar para des-musealizar é um ato de protesto. “Não quero aceitar em silêncio, sem protesto, todas as diferentes formas de desigualdade e exploração que emergem em razão do roubo e da incapacidade de reconhecer a dívida.” (MOTEN&HARNEY, 2024, p.180)

Frederick Douglass, um ex-escravizado, ao narrar as dores sentidas e vividas e vivenciadas por e por seus familiares e amigos(as), pessoas de todas as idades, ao mesmo tempo em que denuncia um crime “impagável”, também nos oportuniza refletirmos sobre as narrativas obliteradas da história da escravização e do processo de roubos em que se consolidaram as coleções que formam os acervos de museus.

Informações que demonstram o senso de desumanidade com que eram tratadas também as crianças escravizadas. Os pequenos nasciam ou como seres escravizados ou porque muito cedo eram arrancados da convivência de seus pais biológicos pelos seus mestres (escravocratas).

O autor e narrador de si, ao nos informar que nasceu de pai (mesmo sem ter tido o reconhecimento paterno) e mãe com nomes, reforça o peso da identidade a partir dos avós que também não tem valor nas exposições museológicas, quando atribuem às peças, o que chamo de “codinomes”, Flores (2017) ao substituíremr nomes e sobrenomes por “escravos” e “crioulas”.

Douglass (2019), nos apresenta informações que podem ser utilizadas pelos museus como o início de uma provável ação “antirracista” ou desfazimento de narartivas racistas ao desarquivar as identidades desses sujeitos(as)(es).

Minha mãe se chamava Harriet Bailey. Era filha de Isaac e Betsey Bailey, ambos negros de pele bastante escura. Minha mãe era ainda mais escura que minha avó e meu avô. Meu pai era branco. Tudo que ouvi falar sobre minha ascendência aponta para essa conclusão. Também cochichavam que meu pai era o mestre; mas não tenho como atestar a veracidade dessa afirmação; os meios de saber me foram negados. Minha mãe e eu fomos separados quando era bebê – antes que eu soubesse que ela era minha mãe. (DOUGLASS, 2019, p. 20)

A realidade trazida pelo autor também escancara à sociedade de ontem, de hoje e de amanhã, as histórias que não foram contadas por quem manuseia os “arquivos da escravização”.

<sup>10</sup> Tese intitulada: *Isso é coisa de beco! Contra-narrativas hegemônicas de museus no século XXI*. defendida em 31 de dezembro de 2024, pelo Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural na Universidade do Estado da Bahia-UNEB.

<sup>11</sup> Fiz uso do hífen (-), também na tese como parte do jogo das palavras, como ensinou Bispo dos Santos (2023) quando nos disse: (...)Vamos pegar a palavra do inimigo que estão potentes e vamos enfraquece-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las.(p.13)



São lembranças que foram guardadas dentro de si com tanta riqueza de detalhes, que tira o véu da inocência desses espaços diante da segunda parte da escravização que é a convivência de ocultar a memória do maior crime contra a humanidade.

Quando essas instituições romaneiam a tortura, ficionam a dor e fabricam uma relação de convivência desse povo, ao deixar permanecer dentro da sala de exposição a Casa-Grande e a Senzala na mesma perspectiva de uma relação amistosa, porcelana/balangandãs, as narrativas construídas durante o circuito só reafirmam o que deve ser dito e não dito, o que pode ser conhecido e desconhecido. Nesse instante, o relato deixa à mostra a fragilidade do museu como espaço de comunicação.

Nesse sentido, não seriam os relatos autobiográficos de ex-escravizados(as) a melhor fonte para que os museus promovessem uma reflexão sobre as suas narrativas expográficas, no que tange a exibição de objetos da Casa-Grande e da escravização em um cenário ficcional? Não seria possível os museus se apropriarem dessas autobiografias como fontes documentais para conferirem robustez às pesquisas museológicas?

Os relatos que Frederick Douglass traz da Casa-Grande e a que é encenada nos museus, bem como o mobiliário em madeira, servem de testemunhas do nível de riqueza e de privilégios que eram usufruídos pelas famílias dos escravocratas em contradição à realidade miserável vivida por escravizados(as).

Nas exposições museológicas, esses detalhes passam despercebidos pelo olhar crítico do(da) visitante levado(a) apenas a se curvar diante do polimento das peças e do assoalho; aos detalhes dos ornamentos das porcelanas; a figura incrustada nos oratórios em madeira; e a beleza dos tecidos que compõem os enxovais e vestes de “amigas”, “mulheres casadas”, “noivas”, “bebês”, etc. Peças identificadas com os nomes e sobrenomes de membras das famílias não negras do século XIX, doadoras das peças nesses museus.

Vejamos pela narrativa de Frederick Douglass (2019), como seria possível fazer uma leitura dos objetos da sala de estar, da cozinha, dos quartos com os objetos da escravização, que parece na encenação dessas instituições que os donos(as) da senzala que escravizavam seres humanos não eram os(as)(as) mesmas donas da Casa-Grande. E ele nos traz,

Os homens e as mulheres escravizados recebiam, como ração mensal de alimento, oito libras de carne de porco, ou o equivalente em peixe, e um celamim de fubá. As roupas anuais consistiam em duas camisas de algodão grosso, um par de calças do mesmo tecido, uma jaqueta, um par de calças de inverno, feitas de um tecido preto grosso, um par de meias e um par de sapatos. Tudo isso não devia custar mais que sete dólares. A ração das crianças escravas era dada às mães ou às anciãs que cuidavam delas. As crianças incapazes de trabalhar no campo não recebiam sapatos, meias, jaquetas ou calças; suas roupas consistiam em duas camisas de algodão grosso por ano. Se as roupas estragassem, andavam nuas até receber a próxima ração. Crianças de 7 a 10 anos quase nuas e de ambos os sexos podiam ser vistas em todas as estações do ano. Os escravos não tinham cama. Um cobertor grosseiro, que apenas homens e mulheres recebiam, fazia às vezes de leito. Isso, contudo, não era considerado uma grande privação. Eles sentiam menos a falta de cama que a privação de sono; pois, quando terminava o dia de trabalho no campo, a maioria deles ainda precisava lavar, remendar roupas e cozinhar. (DOUGLASS, 2019, p.26)

A partir do relato acima, proponho o ‘desarquivamento’ do que sobra da memória performatizada em vida pelos corpos negros como forma de desarticular as práticas de apagamento promovidas por essas instituições museais ao que intuo que os relatos de Frederick Douglass e de outros(as) autores(as) fazem parte do movimento de “contra-narrativas hegemônicas de museus”.

#### 4. Considerações finais

Intuo que ao fabular com os relatos autobiográficos fazendo um atravessamento com as teorias radicais negras para ‘desarquivar e des-musealizar’ as memórias negras e enfrentar as práticas racistas no cotidiano dos museus e da museologia, criei estratégias para discutir o racismo cotidiano que é ativado por agenciadores(as) desses dois campos.

Para tanto, re-invento o que sobra das memórias fabricadas da escravização em museus, com o intuito de tornar-me não mais a outra e os meus e as minhas outros(as), ao recusar não apenas as práticas dos museus que surgem em uma sociedade escravocrata no Brasil, mas por perceber a lealdade da museologia a esse modelo de instituição.

Convido os(as) colegas leitores a debruçarem-se sobre o que não foi dito por essas instituições e sobre o que foi validado em seus escritos que corroboram para a permanência de epistemologias que validam a existência desses museus anacrônicos.

Não há como falar em museus “antirracistas” se não se voltarem aos quintais dessas Casas-Grandes e enxergarem que precisam ser desenterradas as histórias habitadas por corpos enterrados em vida, já que suas almas sofridas há muito haviam sido tiradas de si.

Portanto, quando tentam cunhar museologias outras a partir do requestrar de ideias surgidas pelo mesmo pensamento europeu, patriarcal e racista que consolidaram o desrespeito dessas instituições às culturas dos Povos colonizados ao darem tratamento diferenciado às narrativas e as histórias de sujeitos negros(as)(es) relacionando-as à sua autodeclarada supremacia cultural, reconheço que essa disciplina ainda em processo, sem se ater a uma crítica política dificilmente conseguirá construir discursos e práticas renovadas.

Por isso, essa escrita política parte da ideia de que os museus fazem parte de uma estrada infinita de escoamento das sobras da escravização que nunca passou. Um caminho previamente aberto e preconcebido por escravagistas e colonizadores com o intuito de facilitar a permanência da escravização no sentido da memória da subalternização que precisa ser mantida viva.

#### 5. Referências

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora. PISEAGRAMA, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso agosto de 2025

DIAZ-BENITEZ, Elvira. *Vidas negras: pensamento radical e pretitude*. In *Pensamento negro radical: antologia de ensaios*. SPILLERS (et. tal). (Org) BARZAGHI (et. tal). São Paulo: Crocodilo Edições, 2023.

DOUGLASS, Frederick. *Relatos da vida de Frederick Douglass, um escravo americano*. Traduzido de Livia Koepl. Jandira, SP: Principis. 2021.

FERREIRA da SILVA, Denise. *A Dívida Impagável*, Tradução de Amilcar Packer e Pedro Daher São Paulo: Casa do Povo, 2019.

FLORES, Joana. *Mulheres Negras e Museus de Salvador: Diálogo em Branco e Preto*. Salvador: Joana Flores, 2017.

HARTMAN, Saidiya. *Cenas de Sujeição: Terror, escravidão e criação de si na América do século 19*. Tradução de Fernanda Silva e Sousa, Marcelo R. S. Ribeiro. 1ª Edição. São Paulo: Fósforo, 2025.

\_\_\_\_\_. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais* / Saidiya Hartman ; tradução Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. 1ª Edição. Rio de Janeiro, Cobogó, 2020

MOTEN, Fred.; HARNEY, Stefano. *Sobcomuns: Planejamento fugitivo e estudo negro*. Tradução e notas de Mariana Ruggieri, Raquel Parrine, Roger Fraias de Melo, Viviane Nogueira. São Paulo: Ubu Editora, 2024

PRECIADO, Paul B. *Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas*. Tradução de Carla Rodrigues. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SHARPE, Christina. **No vestígio**: Negritude e existência. Tradução de Jess Oliveira. São Paulo: Ubu Editora, 2023.